

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA**

FABIANE DE OLIVEIRA DORNELES

**A PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL E A PRÁTICA DE ATIVIDADES
FÍSICAS E ESPORTIVAS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Porto Alegre
2015

FABIANE DE OLIVEIRA DORNELES

**A PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E A PRÁTICA DE ATIVIDADES
FÍSICAS E ESPORTIVAS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Monografia apresentada ao Departamento de Educação Física da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Educação Física.

Orientadora: Prof. Dr. Janice Zarpellon Mazo

Porto Alegre
2015

Fabiane de Oliveira Dorneles

**A PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E A PRÁTICA DE ATIVIDADES
FÍSICAS E ESPORTIVAS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Monografia apresentada ao Departamento de Educação Física da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Educação Física.

Conceito final:

Aprovado em..... de de

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. – UFRGS

Orientadora – Prof^a. Dra. Janice Zarpellon Mazo – UFRGS

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero de agradecer a minha família, principalmente meu pai (Pedro), minha mãe (Albertina), meus irmãos (Daniel e Patrick) e minha cunhada (Bianca), por todo o apoio e incentivo que me deram durante a construção desse trabalho e por tudo que fizeram, para que eu pudesse concluir mais essa etapa da minha vida acadêmica.

Agradeço ao Nehme (Núcleo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física) e a todos os seus integrantes por terem me acolhido com tanto carinho e respeito, e por terem me auxiliado com direcionamentos importantíssimos para o desenvolvimento desse estudo. Agradeço a Professora Janice Zarpellon Mazo por ter aceitado a tarefa de me orientar, e por me incentivar constantemente a buscar novas experiências acadêmicas.

Agradeço a todos os profissionais com os quais eu tenho o privilégio de trabalhar, principalmente aos professores da APABB e do PARAINCLUIR, sem vocês meu trabalho não seria possível, pois é através do trabalho em equipe é que conseguimos proporcionar maiores e melhores oportunidades de lazer, esporte e inclusão para a pessoa com deficiência. E um agradecimento especial a todos os meus alunos com deficiência e seus familiares, por acreditarem em mim como pessoa, e como professora. Vocês são a minha maior fonte de motivação para seguir trabalhando e aprendendo.

Muito obrigada a todos, vocês contribuíram não só na construção desse trabalho, mas na formação inicial da minha carreira como professora.

RESUMO

O estudo teve como objetivo realizar uma revisão bibliográfica para compreender melhor a formação profissional em Educação Física junto a pessoa com deficiência intelectual em publicações da área da Educação Física. Este trabalho teve sua origem na minha experiência de cinco anos como professora de Educação Física em uma associação voltada as pessoas com deficiência intelectual. Além disso, justifica-se pela reflexão sobre como ocorre a formação de professores de Educação Física para atuar com pessoas com deficiência intelectual. Consideramos que a revisão bibliográfica sobre o assunto é um primeiro passo para entender melhor as inquietações da formação e da prática profissional. Para tanto, realizamos uma coleta de artigos em revistas eletrônicas da Educação Física e da Educação Especial, como também de livros, dissertações, teses utilizando os seguintes termos: formação de professores, formação profissional, Educação Física, pessoas com deficiência intelectual, atividade física, esporte. Além disso, buscamos informações no site da Associação de Pais e Amigos e Pessoa com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (APABB). Os resultados obtidos com a revisão do material bibliográfico foram organizados em três tópicos, a saber: Formação Profissional em Educação Física para Atuar com Pessoas com Deficiência; a Pessoa com Deficiência Intelectual e as Memórias da APABB. As informações obtidas por meio da revisão bibliográfica abalizaram a dificuldade de se encontrar materiais que discutem a prática de atividades físicas e esportivas para a pessoa com deficiência intelectual. Todavia, o material consultado permitiu chegar a algumas conclusões provisórias com relação a temática da inclusão. Considera-se que qualquer pessoa com ou sem deficiência necessita ser estimulada de maneira global, a fim de obter aquisições motoras, educacionais e sociais. Cabe ao professor, tentar desenvolver todas as práticas possíveis para seus alunos, a fim de que eles consigam atingir seu máximo desempenho em todos esses aspectos.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual; Educação Física; Formação Profissional.

ABSTRACT

The research had the objective of making a bibliographic review to better understand Professional Training in Physical Education to work with people with intellectual disability in Physical Education publications. This paper originated from my five years' experience as a Physical Education teacher in an Association for people with intellectual disability. Furthermore it is justified by thinking how the Physical Education teacher training to work with people with intellectual disability happens. We consider that the bibliographic review about the topic is the first step to understand the worries about the training and the professional practice. For this purpose we made a gathering of articles from Physical Education and Special Education electronic magazine, as well as books, dissertations and thesis using the following terms: teacher training, professional training, Physical Education, people with intellectual disability, physical activities and sport. Also we looked for information on the "Associação de Pais e Amigos e Pessoa com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (APABB)" website. The results obtained with the bibliographic material review were organized in three topics, specifically: Professional Training in Physical Education to work with people with intellectual disability, The Person with intellectual disability and The memories from APABB. The information obtained through the bibliographic review determined the difficulty of finding materials that discuss the practice of physical activities and sports by people with intellectual disability. However, the consulted material allowed us to draw some interim conclusions about the Inclusion topic. It is considered that any person with or without disability needs to be stimulated in a whole way in order to get motor, educational and social acquisition. It is the teacher's role to try to develop all possible practices so that they can achieve their maximum performance in all these aspects.

Keywords: Intellectual Disability, Physical Education, Professional Training.

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

AAMR – Associação Americana de Deficiência Mental

APABB – Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade

AU – Autismo

BCR – Basquete em Cadeira de Rodas

CETE – Centro Estadual de Treinamento Esportivo

CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

DI – Deficiência Intelectual

DSM-IV – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

EFI – Educação Física

EsEFEx – Escola de Educação Física do Exército

IES – Instituições de Ensino Superior

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

ONU – Organização das Nações Unidas

PCD – Pessoa com Deficiência

PCD's – Pessoas com Deficiência

PCDI – Pessoa com Deficiência Intelectual

SD – Síndrome de Down

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
1 INTRODUÇÃO	14
2 METODOLOGIA	16
3 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA	18
3.1 IDENTIDADE DA EDUCAÇÃO FÍSICA AO LONGO DA HISTÓRIA	18
3.2 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA PARA ATUAR COM A PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	19
4 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	22
5 MEMÓRIAS DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS, AMIGOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DE FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL E DA COMUNIDADE (APABB)	29
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	34

PREFÁCIO

Meu envolvimento com a pessoa com deficiência se deu muito antes da graduação, mas precisamente nos meus primeiros anos de vida. Esse contato com a deficiência veio através da minha melhor e mais antiga amiga, costumo dizer que nossa amizade é desde sempre, porque ela é afilhada dos meus pais e nos temos a mesma idade, portanto convivemos desde bebês. E ela nasceu com má formação nos dois pés. E para reparar essa má formação, ela teve que passar por diversas cirurgias, a fim de diminuir suas dificuldades de locomoção, diante disso, convivi durante vários períodos da vida, tendo que ajudar ela a tocar a cadeira de rodas e a superar o olhar preconceituoso de algumas pessoas.

Passei a ter contato com outras pessoas que apresentavam outros tipos de deficiências, pois eu tinha vários amigos que tinham familiares com deficiência, e eu os encontrava em eventos comemorativos, como aniversários, isso ainda durante a minha infância. Depois um pouco maior, já na adolescência, fiz parte do grupo parceiros voluntários da escola que eu estudava. Em um dos encontros com o grupo, fomos visitar a Casa do Excepcional Lar Santa Rita de Cássia, na zona norte de Porto Alegre. Neste lugar, me deparei com Pessoas com Deficiência (PCD) com alto grau de complexidade, adultos que tinham corpos de bebês, pessoas que necessitavam de ajuda para absolutamente tudo em seu cotidiano. Ao retornar dessa visita, tive que consumir remédios para poder absorver o que eu havia visto naquele lugar.

Todos esses contatos desde muito cedo em minha vida, talvez tenham desenvolvido em mim, certa afinidade e interesse em conviver e a trabalhar com a pessoa com deficiência.

Em 2009 ingressei no curso de Licenciatura em Educação Física com a intenção de trabalhar em escolas regulares e com o handebol (esporte que tive envolvimento como atleta durante 12 anos). Logo que iniciei o curso já estava à procura de estágio na área, porém a dificuldade estava muito grande pelo fato de ainda estar nas primeiras etapas da graduação. Durante o meu segundo semestre da Licenciatura, cursei a disciplina de História da Educação Física, e em uma das aulas a professora apresentou para a turma um documentário sobre a história dos integrantes de uma equipe de Rugby em Cadeira de Rodas, o documentário era

intitulado Murderball. Nesse momento, tive uma idéia, por quê não procurar um estágio em instituições que trabalhavam com Pessoas com Deficiência (PCD's), pois dessa forma uniria duas vontades, a de trabalhar e a de poder conviver e aprender sobre a Pessoa com Deficiência.

No início de 2010, retomei com a ideia de procurar um estágio, mas a dificuldade permanecia a mesma. Diante disso, no final daquele semestre letivo comecei a entrar em contato com instituições que tinham como público-alvo a PCD, a fim de uma vaga de estágio voluntário ou remunerado. A primeira tentativa foi frustrada, pois para ser voluntário era necessário ter no mínimo 21 anos, e na época eu tinha 20. A segunda tentativa foi bem sucedida, consegui marcar uma visita ao local de treino de uma instituição que possuía uma equipe masculina adulta de Basquete em Cadeiras de Rodas (BCR), o RS Paradesporto. Eu fui bem recebida pelos atletas e pela professora responsável por desenvolver os treinos da equipe, que trabalhava de maneira voluntária. Conversei com ela, e disse que eu estava procurando uma oportunidade de me colocar no mercado de trabalho e também gostaria de aprender. O retorno dela foi que eu seria bem-vinda e me passou os dias, horários e locais de treino do time, me prontifiquei a comparecer duas vezes por semana nos treinos, de maneira voluntária. Na sequência a professora me disse que todas às sextas-feiras, antes do treino da equipe de BCR, havia naquele mesmo lugar, o CETE (Centro Estadual de Treinamento Esportivo), atividades esportivas para Pessoas com Deficiência Intelectual (PCDI) e que ela também trabalhava na associação que desenvolvia esse trabalho. E eu também me prontifiquei a estar presente na sexta-feira seguinte para conhecer o projeto.

Na semana seguinte, lá estava eu no CETE na sexta-feira à tarde para conhecer o projeto esportivo para PCDI. Percebi alguns alunos chegando e identifiquei o coordenador e fui conversar com ele, que numa fala rápida, disse para eu acompanhar uma das professoras do projeto, e foi o que eu fiz, acompanhei.

Quando a aula teve início a professora me apresentou para a turma e muitos vieram me abraçar e me beijar, sem nunca terem me visto antes. Nunca fui tão bem recepcionada em um lugar, onde ninguém me conhecia. Nesse momento, já fiquei encantada por aqueles alunos. Depois da aula o coordenador foi conversar comigo e me explicou como o projeto se desenvolvia, que era um projeto esportivo que é dividido em modalidades. O Projeto Movimento é um projeto desenvolvido pela

Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (APABB). Eu descrevi para ele o meu interesse em trabalhar com a PCD, e pedi autorização para trabalhar de maneira voluntária, nas sextas-feiras, ele gostou da ideia e me autorizou.

Isso tudo ocorreu em agosto de 2010, e eu permaneci voluntária nessas duas instituições – RS Paradesporto com o BCR e APABB com Projeto Movimento – até dezembro daquele mesmo ano. Pelo fato, de os horários das atividades da APABB serem mais compatíveis com os meus horários da graduação, me fiz mais presente nessa instituição. E também, pelo fato de eu ter me motivado mais com o trabalho que era desenvolvido com as PCDI.

Durante a festa de encerramento das atividades do Projeto Movimento, o coordenador esportivo, revelou para as famílias dos alunos que meu trabalho ali era voluntário. Nesse momento, todas as pessoas ali presentes surpreenderam-se e manifestaram-se depois daquela informação, eles disseram que: queriam que eu permanecesse trabalhando ali no ano seguinte, mas que a associação deveria me remunerar por aquelas horas que eu despendia do meu tempo. Percebi, naquele instante que eu havia conquistado a confiança das famílias, e que o trabalho que eu havia desenvolvido naqueles poucos meses estava sendo reconhecido e valorizado.

Na semana seguinte a esses retornos das famílias, recebi um convite do coordenador esportivo da APABB, esse convite era para participar de um acampamento especial de verão para PCD's, que ele havia idealizado e que naquele ano faria cinco anos de sua existência. Esse acampamento tem como proposta levar autonomia e independência para Pessoas com Deficiência em sua grande maioria PCDI, e levá-los para o litoral durante uma semana longe dos seus familiares. Minha reação foi de aceitar no ato do convite.

Particpei do acampamento, e foi e continua sendo uma experiência incrível, digo que continua sendo, porque depois desse acampamento já tive a oportunidade de participar de mais quatro edições desse evento. Durante as duas primeiras edições, particpei como recreadora e responsável de quarto, minhas funções se estendiam a dar banho em quem necessitava de auxílio, até a dosar a medicação para as minhas alunas de quarto. Nessas três últimas edições conquistei outro papel dentro desse evento, minha principal responsabilidade é de pensar e executar todas

as tarefas e atividades de recreação, tornei-me coordenadora de recreação e lazer do acampamento especial.

No entanto, há cerca de dois anos tive a oportunidade de estagiar com outro público, mas com deficiência também, fui convidada a fazer um estágio no RS Paradesporto (lugar onde comecei minha trajetória profissional), mas nesse momento não mais para trabalhar com o BCR, e sim no Projeto Escola Paralímpica, com iniciação esportiva para crianças com deficiência física. Esse convite veio através daquela professora que me deu a primeira oportunidade de trabalhar com a PCD. Permaneci nesse estágio durante quatro meses, pois não consegui conciliar os horários do estágio com os horários das últimas disciplinas do curso de Licenciatura em Educação Física, disciplinas essas que eu teria que cursar para poder me formar.

Desde 2010 minha trajetória segue na APABB, não mais como voluntária, pois agora sou técnica de uma das modalidades oferecidas pelo Projeto Movimento. Depois do relato das famílias, permaneci na associação como auxiliar de maneira remunerada, exerci essa função durante dois anos. A partir do meu terceiro ano trabalhando na instituição, passei a ser técnica de atividade pré-desportiva, uma espécie de iniciação esportiva. Nessa nova função que exerço há mais de dois anos, além de ministrar as aulas, sou responsável por toda a parte de planejamentos e relatórios da modalidade.

Além do Projeto Movimento, há cerca de dois anos também tenho participado efetivamente das atividades do Programa de Lazer da APABB, nesse outro projeto sou recriadora e dentre as minhas funções estão a de desenvolver as atividades recreativas junto aos participantes durante os eventos. Os eventos promovidos pelo Programa de Lazer são muito variados, vão desde simples passeios com os participantes com deficiência, até acampamentos e encontro de famílias (onde as famílias das PCD's se reúnem para trocar experiências e informações a cerca das dificuldades vividas por cada um). Todas as atividades me trazem experiências únicas, de poder conhecer não só as dificuldades enfrentadas pelas Pessoas com Deficiência, mas também tudo o que as famílias passam para poder superar os preconceitos, transpor as barreiras do dia-a-dia.

Concomitante as atividades que desenvolvo na APABB, há cerca de um ano atrás, eu juntamente com mais quatro colegas montamos um projeto de lazer, o

Paraincluir, que proporciona passeios, acantonamentos e colônias de férias para PCDI, que não são associados da APABB, a fim de proporcionar atividades de lazer para outras pessoas que não têm acesso ou que não querem se vincular a nenhuma associação.

Durante minha trajetória profissional apresentei e ainda apresento dificuldades no desenvolvimento de minhas aulas e práticas recreativas. E essa dificuldade é constante porque vários dos meus alunos não conseguem se comunicar devido a sua Deficiência Intelectual (DI), e isso prejudica o retorno das atividades desenvolvidas. Em razão de eu não conseguir identificar o quanto determinado aluno compreendeu da tarefa que devia ser executada. No entanto, esses anos de experiência me ensinaram a não me ater no que a pessoa não consegue fazer, pelo contrário, meu foco de atenção é naquilo que eles conseguem e têm condições de fazer. E toda vez que percebo alguma evolução motora ou de convívio social, de algum aluno passa por mim uma sensação de felicidade em saber que eu fiz parte do processo de aquisição daquela pessoa, através das atividades e dos estímulos.

Nestes cinco anos trabalhando junto a Pessoa com Deficiência, ganhei muito como professora e como pessoa. Percebi que todas as teorias que estudamos na graduação e nos cursos de aperfeiçoamento e capacitação não valeriam de nada se eu não tivesse a sensibilidade para estimulá-los de maneira que gere ganhos e não desorganizações, apesar de essas desorganizações serem questões que permeiam as aulas com Pessoa com Deficiência Intelectual. Porém confesso que não foi tarefa fácil desenvolver essa sensibilidade, e ainda hoje me deparo com situações que não sei como agir, pois os conhecimentos adquiridos dentro e fora da Universidade – sim, foi necessário buscar conhecimentos fora da universidade, para tentar sanar as dúvidas e anseios que eu tinha, porque o currículo do curso apresenta lacunas na formação inicial do profissional, que deseja trabalhar com a PCD. Contudo, apenas a prática, o convívio diário com essas pessoas tão especiais, é que me ensinaram e me ensinam todos os dias, a como agir nas diferentes situações.

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1950 iniciam-se no Brasil as primeiras iniciativas para se trabalhar com as pessoas com deficiência; era o início do movimento paralímpico em nosso país. (MELLO; WINCKLER, 2012). No primeiro momento, o enfoque era na reabilitação e em seguida o foco passou a ser a prática esportiva.

Nesse período histórico, a Educação Física era sinônimo de aptidão física e esportivização, não se tinha espaço para fomentar práticas com grupos que destoavam da “normalidade”. Diante disso, as primeiras práticas de atividade física para a Pessoa com Deficiência são desenvolvidas pelas próprias organizações fundadas pelos deficientes, ou seja, não se tinha participação de profissionais de Educação Física. Lembrando que, essas iniciativas abarcavam apenas as pessoas que apresentam algum tipo de Deficiência Física.

E como é a relação das práticas de atividades físicas e esportivas para as Pessoas com Deficiências Intelectuais?

O atendimento da Pessoa com Deficiência Intelectual pela área da Educação Física teve seu início através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que preconiza a igualdade de direitos entre as pessoas, que determina o atendimento das PCD's no sistema regular de ensino, e da Educação Especial para efetivação dos trabalhos educativos. E a partir desse cenário que a PCDI passa a ter práticas de atividades físicas e esportivas, num primeiro momento somente em âmbito educacional.

Diante desse cenário se faz necessário, pensar na formação profissional dos professores que trabalham e que irão trabalhar com esse público. Será que os conteúdos que são desenvolvidos nos cursos de formação de profissionais de Educação Física, licenciatura ou bacharelado, dão condições para se trabalhar com essas pessoas em espaços públicos, como por exemplo, escolas; ou espaços primados como clubes e associações? Se refletirmos sobre a atual situação, é cada vez mais comum nos deparamos com esse público em diferentes espaços, ainda mais depois das políticas de inclusão.

Essas são algumas das questões que levanto, para melhor compreender a minha formação acadêmica licenciatura/bacharelado, no intuito identificar como minha graduação contribuiu para a minha prática pedagógica, quanto professora de

Educação Física que atua em uma associação que desenvolve a atividade física junto às Pessoas com Deficiência Intelectual (PCDI).

Durante esse período de cinco anos que desenvolvo minhas aulas de iniciação esportiva para pessoas com deficiência intelectual, percebi que eu não apresentava conhecimento suficiente para lidar com algumas situações. E para obter esse conhecimento tive que buscar em cursos de formação e aperfeiçoamento fora da universidade. E muito do que hoje faço, aprendi cometendo erros, pois durante a minha formação acadêmica não conseguia identificar qual daqueles conteúdos desenvolvidos poderiam me auxiliar no desenvolvimento de minhas aulas. Aprendi com a prática, vivenciando os fatos do dia-a-dia, e tive muito dificuldade de relacionar teoria com a prática.

Esse trabalho teve origem de reflexões levantadas a partir da minha experiência de cinco anos trabalhando dentro de uma associação sem fins lucrativos da cidade de Porto Alegre e que desenvolve atividade com Pessoas com Deficiência Intelectual. O objetivo do mesmo é compreender melhor a formação profissional em Educação Física junto a Pessoa com Deficiência Intelectual em publicações da área da Educação Física.

Diante disso, justifico esse trabalho, a partir do meu interesse em compreender a formação profissional de professores de Educação Física que trabalham com PCDI, que me ocorreu pelo fato de eu trabalhar com esse público e que ao longo desse período com as minhas vivências, pouco consegui identificar a relação entre os conteúdos que aprendia durante a graduação, e as minhas práticas durante meu trabalho. No entanto, a cerca de um ano atrás comecei a pensar em quais conhecimentos adquiridos na graduação eu consegui transferir para a minha prática profissional e quais conhecimentos eu tive que buscar fora da universidade. Diante disso, pude identificar que existem lacunas na formação, mas que muitos aspectos desenvolvidos durante minha formação acadêmica, contribuíram para a minha formação profissional.

2 METODOLOGIA

Os procedimentos que utilizei para realizar esse trabalho foram questões referentes à minha experiência como professora de educação física de pessoas com deficiência intelectual. E a partir dessa vivência, me detive a fazer uma revisão sobre algumas temáticas que envolvem o trabalho que desenvolvo. Dentre os assuntos pesquisados, iniciei buscando dados sobre a formação inicial de profissionais de educação física, primeiramente, de maneira geral, depois específico para o desenvolvimento de trabalhos junto à pessoa com deficiência. Na sequência o foco da pesquisa passou a ser a deficiência intelectual. E no final me detive a conhecer mais sobre a associação onde desenvolvo meu trabalho.

Para selecionar os trabalhos, utilizei dos termos chaves: formação de profissionais de educação física, pessoas com deficiência intelectual e atividade física para pessoa com deficiência intelectual, em revistas eletrônicas da área da Educação Física que se qualificam entre o Qualis/Capes no estrato de B2 até B4, e revistas eletrônicas da área da Educação Especial que se qualificam entre o Qualis/Capes no estrato de A2 até B4.

Tabela 1 - Apresenta os resultados quantitativos para seleção de artigos em revistas eletrônicas da área da Educação Física.

REVISTAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA			
QUALIS - B2			
REVISTA MOTRIZ	REVISTA MOVIMENTO	REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE	REVISTA DA EDUCAÇÃO FÍSICA/UEM
1	1	1	3
QUALIS - B3			
REVISTA PENSAR A PRÁTICA			
2			
QUALIS - B4			
REVISTA DA SOBAMA	REVISTA KINESIS	REVISTA MACKENZIE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE	
7	1	1	

Tabela 2 - Apresenta os resultados quantitativos para seleção de artigos em revistas eletrônicas da área da Educação Especial.

REVISTAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL			
QUALIS - A2			
REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL			
2			
QUALIS - B2			
REVISTA EDUCAÇÃO ESPECIAL			
6			
QUALIS - B4			
REVISTA BENJAMIN CONSTANT			
1			

Figura 1 Tabela 2 - Apresenta os resultados quantitativos para seleção de artigos em revistas eletrônicas da área da Educação Especial.

. A partir dessa busca obtive alguns resultados em artigos, e também obtive resultados no formato de teses e dissertações, através de busca dos termos-chave no site do Google acadêmico. Desse material selecionado, descartei alguns, pois o foco deles era muito abrangente, e acabava se distanciando do tema que eu tinha interesse em tratar. Utilizei também de livros que tratam sobre a temática da pessoa com deficiência, a fim de levantar conceitos e explicações a cerca de determinadas deficiências.

Também pesquisei sobre o desenvolvimento da APABB (em seu site), instituição que trabalho, a fim de conhecer como e porque essa associação foi criada, e como ela se desenvolve hoje depois de mais de vinte anos desenvolvendo trabalhos com a pessoa com deficiência e seus familiares.

Todo esse levantamento foi realizado a fim de fazer uma revisão bibliográfica sobre a Pessoa com Deficiência Intelectual e a prática de atividade física para esse público.

Diante disso, dividi o estudo em três tópicos, a saber: Formação Profissional em Educação Física para Atuar com Pessoas com Deficiência, Pessoa com Deficiência Intelectual e a Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (APABB).

3 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA

3.1 IDENTIDADE DA EDUCAÇÃO FÍSICA AO LONGO DA HISTÓRIA

A Educação Física (EFI) se constituiu como campo de saber que ao longo do seu percurso histórico apresentou inúmeras influências advindas de três grandes movimentos: militarismo, médico e esportivo. A partir dessas influências, a Educação Física no Brasil desenvolveu características de cada uma dessas tendências. Do militarismo as questões referentes a disciplina; da influência médica, o higienismo; e do esporte, o nacionalismo. (LÜDORF, 2003, BALBÉ, 2008). Todos eles em busca de um corpo perfeito, saudável, disciplinado e produtivo, e em oposição ao corpo relapso, flácido e doentio.

Através dessas correntes, a Educação Física estabeleceu uma trajetória voltando suas práticas para diferentes públicos. Primeiramente, se constitui no ambiente escolar, destinada apenas para os alunos homens, filhos de aristocratas, com início no século XIX, sendo chamada de *gymnástica*, tendo como modelo de prática os Métodos ou Escolas européias. (Arantes, 2008; Castellani Filho, 1988). A Educação Física só obteve seu caráter obrigatório nas escolas 1937, no texto da Lei Constitucional nº 01 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 10 de novembro de 1937.

A partir do Estado Novo (1937-1945) o esporte se apresentou como um dos pilares necessários à construção de um sentimento de identidade nacional, diante disso, a prática junto a atletas começou a ser mais desenvolvida, tendo início com o futebol e se espalhando para outras modalidades esportivas. (VARNIER; GOMES; ALMEIDA, 2014). Outro público que começou a ter práticas vinculadas a Educação Física foi às pessoas adultas que eram não atletas, entre os anos de 1970 e 1980 acontece o fenômeno chamado “Boom” das Academias, que se populariza no primeiro momento apenas no universo masculino na busca por corpos fortes, através dos treinamentos de força com o halterofilismo, o fisiculturismo e depois a musculação. E na sequência às mulheres também passaram a compor esse cenário, realizando as aulas de ginástica aeróbica e nos anos seguintes também começaram a aderir à musculação. (FURTADO, 2008).

3.2 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA PARA ATUAR COM A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A formação profissional no Brasil tem passado por inúmeros processos de mudanças, e a formação em Educação Física não ficou alheia a estes movimentos. Isso se evidencia desde as primeiras organizações formadoras de profissionais de Educação Física na busca por uma identidade na área, com início da estruturação das primeiras escolas de EFI no Brasil. (SILVA *et al.*, 2008).

A formação em Educação Física no Brasil tem origem nas Escolas da Marinha e Militar. Oficialmente, era utilizado o Método Alemão para ensino das atividades esportivas nos estabelecimentos militares, até ser substituído pelo Método Francês (CASTELLANI FILHO, 1988). No ano de 1933 foi criada a primeira escola de EFI do Brasil, a Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx) no estado do Rio de Janeiro. Que formou, além de oficiais e sargentos, também alguns civis como monitores (MALINA; AZEVEDO, 1998 *apud* BORELA, 2010).

A partir do ano de 1941 passou-se a exigir o diploma de graduação para o exercício da profissão. (SOUZA NETO *et al.*, 2004 *apud* BORELA, 2010). E em 1945 diante do Decreto-Lei nº 8.270/45 altera a duração do curso de dois para três anos, promovendo mudanças de ordem quantitativa no currículo, com aumento da carga horária das disciplinas. (KRÜGER, 2007 *apud* BORELA, 2010).

Segundo (SILVA *et al.*, 2008, BORELA, 2010) em 1987 houve outra reforma curricular que discutia a formação do professor e profissional de Educação Física, provocada pela Resolução Federal nº03/87. Essa Resolução foi decorrente de uma série de discussões que ocorreram entre os anos de 1978 e 1986. A partir da mesma, mudanças foram observadas, tais como: autonomia as Instituições de Ensino Superior (IES) para estabelecer seus currículos de acordo com as peculiaridades regionais; a criação de dois cursos de formação inicial em EFI, Licenciatura e Bacharelado; aumento da carga horária dos cursos de Licenciatura e Bacharelado, a serem cumpridas em tempo mínimo de quatro anos.

O ano de 1994 torna-se o marco inicial para formação de professores de Educação Física junto à PCD's, pois o governo se posiciona e inicia uma reestruturação nos cursos superiores. A Portaria nº. 1793, de 12/94, do Ministério de Estado da Educação e do Desporto, atendendo à Medida Provisória n. 765/12/94, recomenda a inclusão de conteúdos relativos aos aspectos éticos-políticos-

educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais nos cursos de Ciências da Saúde, incluindo a Educação Física. Esta Portaria reforça a Resolução 03/87, que sugere a inclusão de disciplina referente à PCD nos cursos superiores. (SILVA *et al.*, 2008).

As publicações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96, e da Lei nº. 9.696/98 com a regulamentação profissional da Educação Física observou-se, um novo desenho curricular para a área da educação como um todo e um novo delineamento no campo da intervenção profissional da EFI, bem como da educação, marcados por novo fenômeno, o “profissionalismo”. (SOUZA NETO *et al.*, 2004).

Em relação às políticas educacionais para educação inclusiva, destaco a resolução CNE/CP¹ nº. 01/2002, pois ao estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, definiu-se que as instituições de ensino superior previssesem, em sua organização curricular, formação docente voltada para atenção à diversidade e que contemplasse conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. Dessa maneira, a formação superior em nível inicial vem sendo implantada e expandida em diversas licenciaturas, a partir da tentativa de estruturar um currículo que atenda as determinações legais. (SOUZA, 2014).

Em 2005 foi aprovado o Decreto nº 5.626/05 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e que inseriu a disciplina de LIBRAS de maneira obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior. (SOUZA, 2014). Apesar de todo esse respaldo das leis, que garantem a obrigatoriedade de disciplinas que tratem como temática principal a Pessoa com Deficiência, observa-se ainda que há algumas lacunas durante a formação inicial em Educação Física.

Para Cruz (2001), as Pessoas com Deficiência estariam servidas de melhores e mais seguros profissionais da área da atividade física se a temática necessidades especiais/deficiência fosse introduzida na formação inicial de profissionais, ou seja, na graduação; e não somente em uma única disciplina “dando conta do recado”, e tratando com profundidade dos aspectos conceituais da deficiência, mas que outras disciplinas do curso conseguissem se envolver com referido tema.

¹ CNE/CP – Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno.

Segundo (VITALIANO, 2007 *apud* SOUZA, 2014) em pesquisa desenvolvida com professores universitários da área da Educação, afirmam que os acadêmicos finalizam sua graduação com a sensação de não estarem preparados para promover a inclusão em suas salas de aulas. E se justificam, devido à oferta de apenas uma disciplina voltada a conteúdos da educação especial em seu currículo, e com carga horária insuficiente, a ausência de estágio curricular em escolas inclusivas e ao despreparo dos professores universitários.

Em estudo que tenta verificar a percepção de acadêmicos de Educação Física em relação a sua formação para atuação junto de alunos com deficiência, Schmitt *et al.* (2015), a partir de levantamento bibliográfico compreenderam que, para a inclusão de alunos com deficiência ser alcançada na área da Educação Física, não basta somente que uma disciplina específica que abarque a discussão de pessoas com deficiência e sua relação com a atividade física/esportes, mas, todas as outras disciplinas que compõem a matriz curricular deveriam buscar um olhar frente à diversidade, a fim de preparar os futuros profissionais com subsídios para vencer os obstáculos retratados na inclusão educacional ou social.

Citando autores como Rizzo, Broahead e Kowalski (1997), Reid (2000) e De Paw (2000), Cruz (2001) refere que, quando se sinalizar a inclusão de informações sobre as pessoas com deficiência em disciplinas comuns da graduação, o professor de Educação Física terá um suporte inicial para enfrentar as demandas sociais relacionadas ao tema deficiência e inclusão, suporte que irá ao encontro das suas necessidades ao adentrarem nesse mercado de trabalho. (FILUS; MARTINS JUNIOR, 2004, p. 82).

A ação da Educação Física não se restringe apenas as aquisições motoras, mas se estende aos aspectos educacionais e sócio-afetivos. Os movimentos não apresentam um fim em si mesmo, é através deles, que a PCD conhece seu corpo e busca desenvolver ao máximo suas capacidades cognitiva, afetiva e motora, explorando e vivenciando suas possibilidades. (SILVA; FERREIRA, 2001).

A Educação Física adquire um papel importante na medida em que pode estruturar um ambiente facilitador e adequado para o indivíduo, oferecendo experiências que vão resultar num grande auxiliar de seu desenvolvimento. (SILVA; FERREIRA, 2001, p. 75).

4 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

O olhar para com a pessoa com deficiência não foi sempre o mesmo ao longo da história, pois a forma como eram tratadas pela sociedade variou muito, pois esses tratamentos dependiam dos valores sociais, morais, filosóficos, éticos e religiosos adotados pelas diferentes culturas em diferentes momentos históricos (PACHECO; ALVES, 2007). Em muitas das sociedades primitivas o infanticídio era ato comum, as crianças que ao nascerem apresentassem qualquer deformidade acabavam sendo mortas e outras ainda abandonadas à própria sorte (FRANCO; DIAS, 2005, PACHECO; ALVES, 2007).

Na Antiguidade, se atribuía dois tratamentos para as pessoas que destoavam da normalidade, ou eram tratadas ou com tolerância e apoio, ou com menosprezo e eliminação. Em Atenas na Grécia Antiga havia uma super valorização do corpo belo e forte, pois favorecia nas batalhas durante as guerras. Assim, crianças mal formadas ou doentes eram abandonadas à própria sorte para morrer. (FRANCO; DIAS, 2005, PACHECO; ALVES, 2007). Entretanto guerreiros mutilados em batalhas eram protegidos pelo Estado, o que demonstrava uma atitude social reparadora. (SCHEWINSKY, 2004 *apud* PACHECO; ALVES, 2007, p. 243).

Durante a Idade Média, o cristianismo começou a se fortalecer, e com ele a ideia de que a pessoa que apresentasse alguma anormalidade, como deficiências físicas e/ou mentais vinculavam suas causadas à espíritos maus, demônios ou uma forma da pessoa pagar por pecados cometidos, indicando certo grau de impureza e pecado. Diante disso, duas práticas passaram a ocorrer concomitantemente, se por um lado a situação da pessoa com deficiência mudou um pouco, pois a partir desse momento histórico toda pessoa passou a ser considerado filho de Deus, portanto o deficiente se tornou ser humano, nesse sentido, atitudes de extermínio não são mais consideradas como aceitáveis e os cuidados com a pessoa com deficiência passam a ser assegurados pela família e a igreja. Por outro lado, os deficientes passam a ser marginalizados, restando como destino esmolar por ruas e praças. (FRANCO; DIAS, 2005, PACHECO; ALVES, 2007).

Nos séculos seguintes XVIII e XIX, as pessoas com deficiência passaram a ser institucionalizadas, pois elas deixaram de ser segregadas em seus lares e foram para instituições residenciais. Com o advento da Revolução Industrial e o modo de

produção capitalista, que valoriza o potencial produtivo das pessoas, é que passou a haver interesse em fazer com que as pessoas com deficiência, dentro de suas possibilidades, passassem a ser indivíduos produtivos. Diante dessa situação, tem início as primeiras iniciativas de responsabilidades públicas para com os deficientes, no intuito educacional de preparar essa parcela da população para se tornarem mão-de-obra ativa. (PACHECO; ALVES, 2007). Já nos anos finais do século XIX e meados do século XX, entre as décadas de 1950 e 1970, iniciou um movimento de integração social dos indivíduos, para aqueles que apresentassem alguma anormalidade, o objetivo era de integrá-los em ambientes escolares mais próximo possível do que eram oferecidos para as pessoas sem deficiência (MIRANDA, 2003).

A Inclusão é um tema que começa a ser discutido em âmbito internacional na década de 80 do século passado, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu o Ano Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiência (1981). A partir disso, encontros internacionais foram realizados, e como resultado desses encontros uma série de documentos foram elaborados, para orientarem as ações, principalmente, em países em desenvolvimento (SILVA; SEABRA JUNIOR; ARAUJO, 2008).

A deficiência intelectual, durante longo período da história foi tratada como doença mental, tanto que os termos utilizados para nomeá-la foram enormemente influenciados pelos conhecimentos e terminologia da medicina. Ao se fazer uma retomada histórica encontram-se diferentes termos que se referiam ao que hoje denominamos de deficiência intelectual. Alguns dos termos encontrados foram: idiotia (século XIX); debilidade mental e infradotação (início do século XX); imbecilidade e retardo mental – com níveis: leve, moderado, severo e profundo – e déficit intelectual/cognitivo (final do século XX); e deficiência mental (final do século XX e início do século XXI). (LOPES; MARQUEZINE, 2012).

Durante os últimos anos do século XX e início do século XXI aconteceram alguns movimentos para que houvesse uma substituição do termo deficiência mental para deficiência intelectual. A expressão deficiência intelectual foi oficialmente utilizada já em 1995, em Nova York durante o Simpósio Deficiência Intelectual: Programas, Políticas e Planejamento para o Futuro (*Intellectual Disability: Programs, Policies and Planning For The Future*) que contou com as presenças da

Organização das Nações Unidas (ONU), do Instituto Nacional de Saúde Infantil e Desenvolvimento Humano (*The National Institute of Child Health and Human Development*), da Fundação Joseph P. Kennedy Jr. (*The Joseph P. Kennedy, Jr. Foundation*) e dos Jogos Mundiais Olímpicos Especiais (*The Special Olympics World Games*). (SASSAKI, 2004).

Já em 2002 na Espanha, a Confederação Espanhola para Pessoas com Deficiência Mental aprovou por unanimidade uma resolução substituindo a expressão “deficiência mental” por “deficiência intelectual”. Isto significou que a partir daquele ano, a Confederação passou a se chamar Confederação Espanhola para Pessoas com Deficiência Intelectual (*Confederación Española de Organizaciones en favor de Personas con Discapacidad Intelectual*). (SASSAKI, 2004).

Nos últimos anos, a expressão deficiência mental vem sendo substituída pela nova nomenclatura, deficiência intelectual. Em outubro de 2004, em evento realizado pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPS) e pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em Montreal, Canadá, a expressão deficiência intelectual foi mundialmente difundida, por meio do documento intitulado Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual. (OPS/OMS, 2004 *apud* LOPES; MARQUEZINE, 2012, p. 489).

A tendência mundial de substituir a expressão deficiência mental por deficiência intelectual é justificável, pois o termo intelectual refere-se ao funcionamento especialmente do intelecto, e não do funcionamento da pessoa como um todo. (LOPES; MARQUEZINE, 2012). Para Sasaki 2004, a substituição do termo mental para intelectual se justifica também pelo fato de levar em consideração apenas o intelecto e não a mente como um todo, mas também porque consiste em melhor distinguirmos entre deficiência mental e doença mental, duas expressões que têm gerado muita confusão, pelo fato de as duas apresentarem o mesmo adjetivo “mental”, apesar de serem fenômenos distintos.

A pessoa com deficiência intelectual até poucos anos atrás era caracterizada por apresentar nível de inteligência abaixo da média, e esse nível era identificado através de testes que avaliavam o raciocínio lógico. Os conhecidos Testes de QI (coeficiente de inteligência) funcionavam como verdadeiras sentenças, pois um simples resultado abaixo do esperado atestava que determinado indivíduo apresentava deficiência intelectual. (TEIXEIRA, 2008).

Quadro 1 – Níveis de cognição pro testes psicométricos

Coeficiente Intelectual	Denominação
QI menor que 20	Profundo
Qi entre 20 e 34	Severo
QI entre 35 e 49	Moderado
QI entre 50 e 69	Leve

Fonte: Diehl, 2006, p. 76.

Atualmente, um resultado abaixo da média em um o Teste de QI não é o suficiente para atestar que uma pessoa é deficiente intelectual. A definição dessa deficiência tornou-se mais ampla, a fim de evitar classificações injustas e imprecisas. Diante disso, a deficiência intelectual tem sido definida – segundo a Associação Americana de Deficiência Mental (AAMR) e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV) – como estado de redução notável do funcionamento intelectual, significativamente abaixo da média esperada para determinada faixa etária, oriundo no período de desenvolvimento, ou seja, o déficit deve ter se manifestado durante o período de desenvolvimento do indivíduo (até 18 anos de vida, em média), e associado à limitações de pelo menos dois dos dez aspectos do funcionamento adaptativo ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade em comunicação, cuidados pessoais, competências domésticas, habilidades sociais, utilização dos recursos comunitários, autonomia, saúde e segurança, aptidões escolares, lazer e trabalho. (DIEHL, 2006; TEIXEIRA, 2008).

No ano de 1992, a AAMR alterou o formato da sua classificação, que possuía quatro níveis e que era baseada nos escores do Teste de QI. A nova classificação passou a ter apenas dois níveis – leve e severo – e ela se baseia nos níveis de funcionamento e na necessidade de apoio nos aspectos de funcionamento adaptativo que o indivíduo necessita em suas tarefas do cotidiano. (WINNICK, 2004).

O novo sistema de classificação define quatro níveis de apoio:
 Intermitente: apoios de curto prazo se fazem necessários durante as transições da vida (p. ex., perda de emprego).
 Limitado: apoio regular durante um período curto (p.ex., treinamento para o trabalho).

Extensivo: apoio constante, com comprometimento regular; sem limite de tempo (p.ex., apoio de longo prazo no trabalho ou na vida doméstica).
Generalizado: constante e de alta intensidade; possível necessidade de apoio para a manutenção da vida. (WINNICK, 2004. p. 127).

A deficiência intelectual pode se desenvolver de acordo com o período gestacional – pré-natal, perinatal ou pós-natal. As causas pré-natais (antes do nascimento) podem ser devido a processos infecciosos maternos, por exemplo, rubéola; ingestão por parte da gestante de alguma substância como álcool em excesso ou drogas; alterações cromossômicas ou mutações genéticas; e hidrocefalia ou microcefalia. Já entre as causas perinatais (durante o nascimento), destacam-se as situações de anóxia ou hipóxia, que são ausência total ou parcial de oxigênio para o bebê. E em relação às causas pós-natais (depois do parto) aparecem com menor frequência, mas ressaltam-se os distúrbios neurológicos adquiridos a exposição à radiação ou a determinados medicamentos e a desnutrição. E recentemente, a privação do convívio com a família e com a cultura podem ser fatores de desenvolvimento de um déficit intelectual significativo. (DIEHL, 2006, TEIXEIRA, 2008; WINNICK).

Dentre as síndromes e distúrbios que são consideradas deficiências intelectuais a mais frequente é a Síndrome de Down (SD), provocada pelo distúrbio do cromossomo 21, ela possui três níveis: Trissomia do Cromossomo 21 (presença de um cromossomo a mais no par 21, ocorre em 95% dos casos); Translocação Robertsoniana (caracterizada por uma translocação entre o cromossomo 21 e um dos demais cromossomos, geralmente o 14 ou 22, ocorre em cerca de 4% dos casos); e a Síndrome de Down em Mosaico (é provável que a maioria provenha de zigotos com trissomia do 21, ocorre em 1% dos casos). (DIEHL, 2006)

Outra deficiência intelectual que também é bastante frequente é o Autismo (AU), com definição ainda inexata, pode-se dizer que o autismo acarreta dificuldades na comunicação, na interação com o ambiente e nas relações interpessoais (DIEHL, 2006). Há ainda outros distúrbios que não são tão populares, como os acima citados, mas que também podem acometer um indivíduo com deficiência intelectual: Síndrome de Rett, Síndrome do X-Frágil, Síndrome de Turner, Síndrome de Williams, entre outras, segue descrição de cada uma dessas síndromes:

- Síndrome de Rett: é definida como uma desordem do desenvolvimento neurológico relativamente rara, tendo sido reconhecida pelo mundo no

início da década de 1980. Desde então, diversos estudos já apontaram que pode ocorrer em qualquer grupo étnico com aproximadamente a mesma incidência. A prevalência da Síndrome de Rett é de uma em cada 10.000-20.000 pessoas do sexo feminino. Desde que foi identificada, sempre foi vislumbrada a natureza genética dessa desordem, primeiro por afetar predominantemente o sexo feminino, e também pelos raros casos familiares, embora se trate de síndrome de ocorrência esporádica em 95,5% dos casos, e o risco de casos familiares seja inferior a 0,5%. Desde 1999, já se sabe que a grande maioria das meninas e mulheres que preenchem os critérios para a Síndrome de Rett apresenta mutações no gene MECP2.²

- Síndrome do X-Frágil: é uma condição de origem genética, considerada a causa mais freqüente de comprometimento intelectual herdado. As pessoas afetadas apresentam atraso no desenvolvimento.³
- Síndrome de Turner: É uma doença genética bastante rara que afeta somente indivíduos do sexo feminino. Estima-se que cerca de 1% das pessoas que a possui sobrevive. A Síndrome de Turner é uma monossomia do cromossomo "X", o que significa que ao nascerem as mulheres têm apenas um cromossomo "X", ao invés de dois, conforme o esperado. Tamanha diferença na quantidade de cromossomos leva a uma série de complicações. Poucas são as crianças que conseguem nascer, e as que sobrevivem precisam lidar com diversos sintomas. As meninas são diagnosticadas com síndrome de Turner logo após o nascimento ou antes da puberdade, devido às características fenotípicas distintas.⁴
- Síndrome de Willians: É uma desordem genética, raramente com manifestação hereditária, e que ocorre em aproximadamente uma

² http://www.abrete.org.br/sindrome_rett.php

³ <http://www.xfragil.org.br/index.php>

⁴ <http://www.saudemedicina.com/sindrome-de-turner/>

criança para 25.000 nascidas; apresentando impactos nas áreas comportamental, cognitiva e motora. Tais pessoas, na maioria dos casos, apresentam alterações no locus do gene da elastina, em um braço do cromossomo sete. A diminuição dessa proteína, portanto, justifica o porquê de geralmente apresentarem alterações cardiovasculares, voz rouca, genitália pequena, face característica, necessidade frequente de urinar e envelhecimento prematuro. Aproximadamente outros trinta genes, desse mesmo cromossomo, resultam nas outras características atribuídas a síndrome.⁵

⁵ <http://swbrasil.org.br>

5 MEMÓRIAS DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS, AMIGOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DE FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL E DA COMUNIDADE (APABB)

Em 8 de agosto de 1987 um grupo de funcionários da agência Central do Banco do Brasil do estado de São Paulo, criaram a APABB. Esses funcionários se mobilizaram por apresentarem um desafio em comum: todos eram pais de crianças que apresentam algum tipo de deficiência e necessitavam de tratamento e cuidados especiais.

Desde o ano anterior, 1986, o grupo começou a se reunir na casa de um funcionário, num primeiro momento eles trocavam informações, experiências e debatiam como uma entidade voltada para o atendimento de PCD's deveria atuar, que papéis ela desempenharia e como seria a atuação de seus integrantes. Quando foi fundada, a APABB recebeu o nome de Associação de Pais e Amigos de Pessoas Portadoras de Deficiência dos Funcionários do Banco do Brasil. Anos mais tarde passou a se chamar Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade, a fim de abarcar a crescente participação da comunidade nas atividades da organização.

Na medida em que as notícias das reuniões desses funcionários foram de disseminando, outros funcionários se juntaram a fim de dar continuidade ao que já estava sendo realizado, e também a sugerir novas ideias, diante dessa nova realidade mais pessoas começaram a participar das reuniões. A iniciativa bem sucedida de São Paulo, fez com que outros núcleos surgissem em várias outras regiões do país, a partir do ano de 1991, com a fundação da APABB – Ceará. Hoje a associação possui 14 núcleos regionais.

A APABB passou a ser uma entidade voltada à inclusão social de PCD's, com o passar de sua trajetória três programas começam a ter destaque entre os serviços oferecido: Atenção à Família, Lazer e Esporte. Na sequência, junta-se a eles o Programa de Capacitação, que visa a inserção de Pessoas com Deficiência no mercado de trabalho.

No ano de 1997, a APABB tornou-se oficialmente de utilidade pública federal, e no ano seguinte recebeu o certificado de entidade com fins filantrópicos. Sua atuação na defesa dos direitos das pessoas com deficiência consolidou-se ainda

mais quando passou a integrar a bancada da sociedade civil no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Conade, representando o segmento das múltiplas deficiências.

A Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (APABB) é uma instituição sem fins lucrativos, com certificado de filantropia e utilidade pública, voltada à inclusão e à qualidade de vida de seus usuários (pessoas com deficiência) e que oferece apoio às suas famílias. Essa Associação possui 14 núcleos regionais espalhados nas regiões sul, sudeste, centro-oeste e nordeste do país, nos seguintes estados: Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo (matriz), além do Rio Grande do Sul.

A APABB tem como missão realizar ações em prol das Pessoas com Deficiência e de suas famílias, bem como trabalhar na defesa dos seus direitos, contribuindo para inclusão social e melhoria na qualidade de vida desses indivíduos. A fim de cumprir sua missão, a Associação atua na área do serviço social e desenvolve projetos de lazer e esporte, além de participar de políticas públicas em defesa da Pessoa com Deficiência. Dentre os seus objetivos, estão:

- Apoiar as famílias das pessoas com deficiência;
- Orientar, encaminhar e acompanhar o desenvolvimento da pessoa com deficiência e de sua família;
- Promover o convívio e a troca de experiências por meio de encontros de lazer e atividades de recreação e/ou esportes para a pessoa com deficiência;
- Defender e disseminar a concepção da inclusão da pessoa com deficiência na sociedade;
- Defender e disseminar o direito ao exercício da cidadania;
- Estabelecer inter-relações com entidades semelhantes;
- Fomentar estratégias que garantam a participação da pessoa com deficiência nas políticas públicas;
- Participar e acompanhar os conselhos de Políticas Públicas;

- Promover debates, palestras, seminários, entre outras iniciativas.⁶

Criado no ano de 1999, na cidade de Porto Alegre o Núcleo Regional Rio Grande do Sul da APABB, vem ao longo destes mais de quinze anos, atuando na área de Serviço Social, através do desenvolvimento e implantação dos programas de lazer e esporte, teatro, dança, musicoterapia, capoeira, grupo de apoio às famílias. Atualmente o público atendido na cidade de Porto Alegre é em torno de 110 famílias, as quais as Pessoas com Deficiência estão inseridas na sua maioria na faixa etária de 13 a 50 anos, possuindo também uma porcentagem menor na faixa etária de 08 a 12 anos, onde em sua maioria possuem algum tipo de deficiência intelectual.

Os Projetos desenvolvidos no Núcleo Regional ocorrem semanalmente de segunda à sexta-feira no turno da tarde. Para tanto entendemos que a boa execução de cada atividade depende da qualificação profissional daquele que na linha de frente trabalhará diretamente com o usuário por nós atendido. E que este profissional que atua e/ou atuará nesta linha de trabalho deve compreender as possibilidades e desafios em lidar com a PCD e principalmente a importância do trabalho desenvolvido juntamente com este público.

⁶ <http://www.apabb.org.br/>

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao levar em consideração as informações obtidas a partir dessa revisão bibliográfica, percebi a dificuldade de se encontrar materiais que discutem sobre a prática de atividades físicas e esportivas para a pessoa com deficiência intelectual. Todavia, o material consultado permitiu chegar a algumas conclusões provisórias, que a inclusão de pessoas com deficiência é a temática mais recorrente nos artigos levantados e a importância do desenvolvimento social da Pessoa com Deficiência Intelectual. Além disso, se encontra com maior frequência, nas bases de dados, é o esporte ou a atividade física aliado com deficiências específicas e mais populares como Síndrome de Down e Autismo, são poucos os dados sobre a deficiência intelectual de maneira geral, não que esses dados não sejam relevantes, porém pensar a Deficiência Intelectual de maneira geral, talvez pudesse ser a oportunidade de se conhecer sobre outras tantas patologias que são pouco conhecidas.

Outro dado importante a se considerar é o fato de que todos os materiais que encontrei durante a construção dessa revisão, são trabalhos muito recentes, os mais antigos são datados no ano de 2001. Essa evidência trás consigo uma reflexão, porque não se tratava dessa temática antes? Se formos analisar, as políticas públicas de inclusão são muito recentes, é a partir desse fenômeno social, a inclusão, foi que a Pessoa com Deficiência passa a ter espaço em nossa sociedade. Talvez até haja trabalhos mais antigos que discorrem sobre a temática da PCDI, porém em menor quantidade do que é encontrado atualmente, e vinculado à atividade física ou ao esporte, acredito que os resultados obtidos seriam ainda menores.

A partir desse estudo fica evidente que ainda há lacunas na formação inicial de profissionais de Educação Física, pois apesar das políticas de inserção dessa temática nos currículos das Instituições de Ensino Superior, os egressos dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em EFI, finalizam sua formação inicial sem apresentar subsídios para trabalhar com a Pessoa com Deficiência Intelectual. Diante disso, o acadêmico e futuro professor de EFI têm uma tarefa muito difícil que é tentar adequar os conteúdos aprendidos em sala de aula para seu público durante sua prática profissional, independente se seus alunos e/ou atletas tem ou não deficiência.

Durante minha formação tanto Licenciatura, como também Bacharelado cursei três disciplinas nas quais a temática envolvia a PCD: a disciplina de caráter eletivo, Tópico Especiais em Esportes Adaptados, que discorria sobre a temática do esporte paralímpico; e duas disciplinas de caráter obrigatório, LIBRAS (língua utilizada para a comunicação da pessoa surda) e a disciplina de Fundamentos da Educação Física Especial. Essa última que é específica do curso de EFI, debatíamos muito sobre características dos tipos de deficiência, prevalência e causas. No entanto, pouco foi tratado sobre estratégias e metodologia de desenvolvimento de aula e/ou treino para as Pessoas com Deficiência, no meu caso específico necessitaria ter aprendido nessa disciplina aspectos que estão presentes diariamente no meu trabalho com as PCDI, como: estruturação de aulas, a dificuldade de esses alunos responderem a muitos comandos, os ritos de início e final de aula - para que os alunos consigam compreender os diferentes momentos das aulas - e as contenções, como e quando devem ser realizadas. Esses são alguns dos pontos que deveriam ter sido debatidos durante a disciplina, no entanto não foram, por isso tive que sanar essas dúvidas e dificuldades em cursos e aperfeiçoamentos, se eu tivesse vivenciado essas questões durante a graduação, muitos dos erros que cometi no início da minha trajetória profissionais, poderiam ter sido evitados.

A prática de atividade física e esportiva para a PCDI apresenta-se comumente em ritmos mais lentos, porque essas pessoas possuem um tempo pedagógico diferente. Isso faz com que, o profissional envolvido com trabalhos para esse público, apresente muita persistência e sensibilidade para poder estimular seus alunos de maneira constante, sempre levando em consideração as características de cada um.

Qualquer pessoa com ou sem deficiência necessita ser estimulada de maneira global, a fim de obter aquisições motoras, educacionais e sócio-afetivas, e cabe ao professor, tentar desenvolver todas as práticas possíveis para seus alunos, a fim de que eles consigam atingir seu máximo desempenho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcela Melo; FORMIGA, Cibelle Kayenne Martins Roberto. Avaliação da motricidade ampla e fina na Síndrome de Williams: relato de caso. **Revista Motriz**, Rio Claro, v. 16, n. 4, p.913-919, out./dez. 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SÍNDROME DE RETT. **Síndrome de Rett**. Disponível em <http://www.abrete.org.br/sindrome_rett.php>. Acesso em 20 dez.2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA SÍNDROME DE WILLIAMS. **O que é a Síndrome de Williams?**. Disponível em < <http://swbrasil.org.br/noticias/padroes-faciais-de-portadores-da-sindrome-de-williams-e-de-nao-portadores/>>. Acesso em 20 dez.2015.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS E PESSOA COM DEFICIÊNCIA, DE FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL E DA COMUNIDADE. **Apresentação**. Disponível em <<http://www.apabb.org.br/apresentacao/>>. Acesso em: 30 set. 2015.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS E PESSOA COM DEFICIÊNCIA, DE FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL E DA COMUNIDADE. **Histórico**. Disponível em <<http://www.apabb.org.br/historico/>>. Acesso em: 30 set. 2015.

ASSOCIAÇÃO X FRÁGIL DO BRASIL. **O que é a síndrome**. Disponível em < <http://www.xfragil.org.br/page.php?tipo=5>> Acesso em 20 dez.2015.

ARREBOLA, Talita Lima Chechin Camacho; MARQUEZINE, Maria Cristina; FUJISAWA, Dirce Shizuko. Formação de professores de educação física que atuam com alunos com deficiência intelectual. **Revista da Sobama**, Marília, v. 15, n. 1, p. 9-14, Jan./Jun., 2014.

BALBÉ, Giovane Pereira. EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: ASPECTOS MOTIVADORES. Buenos Aires, 2008. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd124/educacao-fisica-escolar-aspectos-motivadores.htm>>. Acesso em: 09 set. 2015.

BORELLA, Douglas Roberto. **Atividade física adaptada no contexto das matrizes curriculares dos cursos de educação física**. 2010. 166f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP.

CHICON, José Francisco; SÁ, Maria das Graças Carvalho Silva; FONTES, Alayne Silva. Natação, ludicidade e mediação: a inclusão da criança autista na aula. **Revista da Sobama**, Marília, v. 15, n. 1, p. 15-20, Jan./Jun., 2014.

CONCEIÇÃO, Victor Julierme Santos da; KRUG, Hugo Norberto. Formação inicial de professores de educação física frente à uma realidade de inclusão escolar. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 22, n. 34, p. 237-250, maio/ago. 2009.

CRUZ, Gilmar de Carvalho; EL TASSA, Khaled Omar Mohamad; SCHNECKENBERG, Marisa. Inclusão escolar na formação docente em cursos de pedagogia e educação física. **Revista da Sobama**, Marília, v. 15, n. 1, p. 35-42, Jan./Jun., 2014.

CRUZ, Gilmar de Carvalho; Formação profissional em Educação Física à luz da inclusão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ATIVIDADE MOTORA ADAPTADA, 4., 2001. Curitiba. **Anais...** Curitiba: Editora, 2001. p.108-110.

CRUZ, Gilmar de Carvalho; LEMISHKA, Ianik. Ambientes inclusivo e exclusivo no processo ensino-aprendizagem de pessoas com deficiência mental em aulas de educação física. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 23, n. 37, p. 315-326, maio/ago. 2010.

CRUZ, Gilmar de Carvalho; RAZENTE, Dilza Maria Radigonda; MANGABEIRA, Eleni Maria Carneiro. Considerações de professores de educação física sobre o atendimento de alunos de classes especiais inseridos em ambientes educacionais sob a perspectiva da inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.9, n.2, p.211-226, Jul/Dez. 2003.

DIEHL, Rosilene Moraes. **Jogando com as diferenças**: jogos para crianças e jovens com deficiência. São Paulo, SP: Ed. Phorte, 2006.

FALKENBACH, Atos Prinz; CHAVES, Fernando Edi; NUNES, Dileni Penna; NASCIMENTO, Vanessa Flores do. A inclusão de crianças com necessidades especiais nas aulas de Educação Física na educação infantil. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v.13, n. 02, p.37-53, mai/ago., 2007.

FILUS, Josiane; MARTINS JUNIOR, Joaquim. Reflexões sobre a formação em educação física e a sua aplicação no trabalho junto às pessoas com deficiência. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 15, n. 2, p. 79-87, 2º sem. 2004.

FRANCO, João Roberto; DIAS, Tércia Regina da Silveira. A pessoa cega no processo histórico: um breve percurso. **Revista Benjamin Constant**, São Paulo, n. 30, p. 3-9, abr. 2005.

FREGOLENTE, Giseli; PRADO JUNIOR, Milton Vieira do. A inclusão da natação na vida da pessoa com deficiência – uma análise a partir da teoria ecológica do desenvolvimento. **Revista da Sobama**, Marília, v. 16, n. 1, p. 33-38, Jan/Jun., 2015.

FURLAN, Suellen; MOREIRA, Vanessa Aparecida Vieira, RODRIGUES, Graciele Massoli. Esquema corporal em indivíduos com Síndrome de Down: uma análise através da dança. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, Barueri, v.7, n.3, p. 235-43, 2008.

FURTADO, Roberto Pereira. Do fitness ao wellness: os três estágios de desenvolvimento das academias de ginástica. **Revista Pensar a Prática**, v. 12, n. 1, 2009.

KRUG, Hugo Norberto. A inclusão de pessoas portadoras de necessidades educativas especiais na educação física escolar. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n.19. Ed. 2002.

LOPES, Esther; MARQUEZINE, Maria Cristina. Sala de recursos no processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual na percepção dos professores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 18, n. 3, p. 487-506, Jul.-Set., 2012.

LÜDORF, Sílvia Maria Agatti. **Concepções de corpo na graduação em educação física: um estudo preliminar com professores**. Buenos Aires, 2003. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd66/corpo.htm>>. Acesso em: 9 set. 2015.

MELLO, Marco Túlio de; WINCKLER, Ciro. **Esporte paralímpico**. São Paulo: Atheneu, 2012.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **História, deficiência, e educação especial**. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis15/art1_15.pdf> Acesso em: 30 set. 2015.

OLIVEIRA, Liliâne de *et al.* Dança e o desenvolvimento motor de portadores de necessidades educativas especiais: PNEES. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 20, 2002.

ORNELAS, Marcia Abrantes; SOUZA, Celso. A contribuição do profissional de educação física na estimulação essencial em crianças com Síndrome de Down. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 12, n. 1, p. 77-88, 1. sem. 2001.

PACHECO, Kátia Monteiro De Benedetto; ALVES, Vera Lucia Rodrigues. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma. **Revista Acta Fisiátrica**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 242-248, dez. 2007.

PALMA, Luciana Erina; MANTA, Sofia Wolker; LEHNHARD, Greice Rosso; MATTHES, Silmara Elice Renner. Ensino da capoeira para pessoas com deficiência intelectual. **Revista da Sobama**, Marília, v.13, n.1, p. 27-30, Jun. 2012.

REIS FILHO, Adilson Domingos dos; SCHULLER, Juliana Aparecida de Paula. A capoeira como instrumento pedagógico no aprimoramento da coordenação motora de pessoas com Síndrome de Down. **Revista Pensar a Prática**, Goiânia, v. 13, n. 2, p.1-21, maio/ago. 2010.

SANTOS, Elaine de Oliveira *et al.* Aplicação do perfil psicoeducacional revisado (PEP-R) em crianças com autismo como requisito para intervenção e estabelecimento do vínculo em atividades físicas, lúdicas e recreativas. **Revista da Sobama**, Marília, v. 14, n. 2, p. 35-40, jul./dez. 2013.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Deficiência mental ou deficiência intelectual. s.l., dez.2004. Disponível em: <<http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/links-uteis/acessibilidade-e-inclusao/textos/deficiencia-mental-ou-deficiencia-intelectual/>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

SAÚDE MEDICINA. **Síndrome de Turner**. Disponível em <
<http://www.saudemedicina.com/sindrome-de-turner/>> Acesso em 20 dez.2015.

SCHMITT, Jessica Aline; BORELA, Douglas Roberto; HARNISCH, Gabriela Simone; STORCH, Jalusa Andréia. Percepção dos acadêmicos de educação física em relação à formação profissional para atuação junto à alunos com deficiência. **Revista Kinesis**, Santa Maria, v. 33, n. 1, p. 40-54, jan./jun. 2015.

SILVA, Diorges Ricardo da; FERREIRA, Juliana Saraiva. Intervenções na educação física em crianças com Síndrome de Down. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 12, n. 1, p. 69-76, 1. sem. 2001.

SILVA, Rita de Fátima; SEABRA JUNIOR, Luiz; ARAÚJO, Paulo Ferreira. **Educação física adaptada: da história a inclusão**. São Paulo: Phorte, 2008.

SOUZA NETO, Samuel *et al.* A formação do profissional de Educação Física no Brasil: uma história sob a perspectiva da legislação federal no século XX. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 113-128, jan. 2004.

SOUZA, Loyana da Costa. **Formação de professores no curso de educação física da UEPA: a inclusão escolar de pessoas com deficiência**. 2014. 209f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Sociais e Educação. Universidade do Estado do Pará, Belém, 2014.

TAVARES, Júlio Emerson Baumart; KRUG, Hugo Norberto. Formação do profissional em educação física: um olhar para o processo de inclusão e inserção social. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 21, 2003.

TEIXEIRA, Luzimar. **Atividade física adaptada e saúde: da teoria à prática**. São Paulo: Phorte, 2008.

VIEIRA, Márcio Mário; REIS, Mariana Oliveira dos; ALEIXO, Ivana Montandon Soares. Análise do efeito da frequência reduzida de conhecimento de resultados (CR) na aquisição de habilidades motoras em indivíduos com e sem Síndrome de Down. **Revista da Sobama**, Marília, v. 14, n. 2, p. 15-20, jul./dez. 2013.

WINNICK. Joseph P. **Educação física e esportes adaptados**. Tradução de Fernando Augusto Lopes. Barueri, SP: Manole, 2004.

ZULIAN, Margaret Simone, FREITAS, Soraia Napoleão. Formação de professores na educação inclusiva: aprendendo a viver, criar, pensar e ensinar de outro modo. **Revista Educação Especial**, n. 18, 2001.